

Associação Solidariedade em Marcha

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório
do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 26835-014-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton**Auditoria e Consultoria Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP) Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos conselheiros e administradores da
Associação Solidariedade em Marcha
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Solidariedade em Marcha (Associação), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Solidariedade em Marcha em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas considerando a interpretação técnica geral aplicável às entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e considerando a interpretação técnica geral aplicável às entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de agosto de 2026

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Clayton da Silva Codo
Contador CRC 1SP-234-906/O-1

Associação Solidariedade em Marcha

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.708	4.175
Adiantamentos	-	47	59
Impostos a recuperar	-	3	9
Outros ativos	5	100	100
Total do ativo circulante		4.858	4.343
Ativo não circulante			
Imobilizado	6	178	225
Total do ativo não circulante		178	225
Total do ativo		5.036	4.568

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Solidariedade em Marcha

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	7	58	31
Adiantamentos de recursos	8	78	300
Impostos e contribuições a recolher	-	17	20
Salários e encargos sociais	9	349	346
Total do passivo circulante		502	697
Passivo não circulante			
Adiantamentos de recursos	8	1.740	1.200
Total do passivo não circulante		1.740	1.200
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	-	2.786	2.663
Reservas de doação	-	8	8
Total do patrimônio líquido	10	2.794	2.671
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.036	4.568

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Solidariedade em Marcha

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receitas operacionais			
Recursos com restrição	11	322	93
Recursos sem restrição	12	3.613	3.343
Trabalho voluntário	18	37	16
Total das receitas		3.972	3.452
Custos	13	(3.826)	(2.953)
Resultado bruto		146	499
Despesas administrativas	14	(101)	(93)
Outras despesas operacionais	15	(205)	-
Trabalho voluntário	18	(37)	(16)
Total das despesas		(343)	(109)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(197)	390
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	336	335
Despesas financeiras	16	(16)	(11)
Resultado financeiro líquido		320	324
Superávit do exercício		123	714

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Solidariedade em Marcha

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Superávit do exercício	123	714
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	123	714

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Solidariedade em Marcha

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Patrimônio social	Reserva de doação	Superávit do exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.949	8	-	1.957
Superávit do exercício	-	-	714	714
Incorporação do superávit ao patrimônio social - 2024	714	-	(714)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.663	8	-	2.671
Superávit do exercício			123	123
Incorporação do superávit ao patrimônio social - 2025	123	-	(123)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.786	8	-	2.794

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Solidariedade em Marcha

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	123	714
Ajustes do superávit do exercício para reconciliação do resultado líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	79	76
Ajustes no ativo imobilizado	-	(60)
Redução/ (aumento) nos ativos		
Adiantamentos e outros ativos	12	(22)
Impostos a recuperar	6	(7)
Aumento/ (redução) nos passivos		
Fornecedores	27	(39)
Adiantamentos de recursos convênios e projetos	318	1.470
Impostos e contribuições a recolher	(3)	8
Salários e encargos sociais	3	96
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	565	2.236
Atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(32)	(35)
Reclassificação de título de capitalização	-	(100)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(32)	(135)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	533	2.101
No início do exercício	4.175	2.074
No final do exercício	4.708	4.175
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	533	2.101

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Associação Solidarietà em Marcha, também designada pela sigla SOMAR (“Associação”), foi constituída em 20 de março de 2006 como pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de associação sem finalidade de lucros, com duração por prazo indeterminado, sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Senador Vergueiro, no 243, Letra B, bairro Santo Amaro. A Associação está inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o no 08.008.707/0001-56 e apresentava situação cadastral ativa na data de autorização destas demonstrações contábeis.

A Associação tem por finalidade prestar assistência social a crianças, jovens, adultos e famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social, por meio de atividades educacionais, culturais, esportivas e de geração de renda, entre outras iniciativas destinadas à promoção humana, comunitária e sociocultural. No desenvolvimento de suas atividades, a Associação aplica integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais, sendo vedada a distribuição de resultados, excedentes operacionais ou parcelas de seu patrimônio.

A Associação é uma entidade privada, de natureza filantrópica e sem finalidade de lucros. Em dezembro de 2007, obteve do Ministério da Justiça a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, OSCIP, nos termos da Lei no 9.790/1999 e do processo MJ no 08071.023202/2007-82. Adicionalmente, está registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo, CMDCA/SP, sob o no 1351/07, com validade até 26 de fevereiro de 2027. Embora seja uma associação de natureza filantrópica, não possui a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, CEBAS.

Em 2007, a Associação criou o Centro Solidário Jardim Felicidade, com capacidade para atendimento de até 300 crianças e adolescentes com idade entre 4 e 18 anos. As atividades institucionais são desenvolvidas por meio de projetos e programas de assistência e desenvolvimento educacional e social, incluindo, entre outros, o SouMais, destinado ao desenvolvimento e à preparação de adolescentes e jovens; o Lapidando Diamantes, direcionado à formação integral de crianças e adolescentes; e o Projeto Acolher, voltado ao desenvolvimento educacional, socioemocional e cidadão de jovens. Os projetos financiados por recursos sujeitos a restrições estão descritos nas Notas Explicativas no 8 e no 11.

A Associação tem por finalidade atender as exigências intrínsecas à promoção humana, comunitária e sociocultural principalmente a partir dos seguintes objetivos:

- i)** A promoção do sentido comunitário e solidário na organização comunitária e nos modos de relacionamento ao interior das comunidades e das famílias;
- ii)** A promoção da assistência social;
- iii)** A promoção gratuita da educação em seus diversos níveis;
- iv)** A promoção gratuita da saúde integral;
- v)** A promoção da segurança alimentar e nutricional;
- vi)** A defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- vii)** A promoção do voluntariado como forma de compromisso social solidário;
- viii)** A promoção do desenvolvimento econômico e social, através de iniciativas de combate à pobreza como também da experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- ix)** A promoção e defesa gratuita dos direitos estabelecidos, através de assessoria jurídica de interesse suplementar, entre outras iniciativas;
- x)** A promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Associação, findas em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas de acordo com a norma NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovada pela Resolução CFC nº 1255/09, e nas disposições aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela administração da Associação em 07 de agosto de 2026, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Associação.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, determinação dos valores dos trabalhos voluntários e determinação da renúncia fiscal. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5. Determinação do valor justo

Determinadas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº 21 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação em todo o exercício apresentado nestas demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos financeiros

a) Classificação e mensuração

A Associação classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, data em que a Associação se torna parte das disposições contratuais.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Associação tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

b) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e as aplicações em fundos de investimentos. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica “resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado da Associação compreendem as “Aplicações financeiras”.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, com vencimentos originais de até 90 dias, apresentados ao custo de aquisição, mais rendimentos incorridos até as datas dos balanços, e ajustados, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil.

3.3. Imobilizado

O imobilizado é avaliado ao custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada de forma linear, considerando a vida útil estimada dos bens e as taxas de depreciação utilizadas pela Associação estão descritas na Nota Explicativa nº 6.

Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de depreciação, na vida útil ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do superávit/déficit no exercício em que o ativo for baixado.

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2025.

3.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.6. Transações em moeda estrangeira

São contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio da data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações das receitas e despesas à medida que ocorrem.

3.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.8. Adiantamentos de recursos de convênios, parcerias e projetos com restrição

Os recursos recebidos antecipadamente para execução de convênios, termos de fomento, doações condicionais e outros projetos sujeitos a restrições contratuais são reconhecidos inicialmente no passivo. Esses recursos são apropriados ao resultado à medida que as condições vinculadas ao instrumento são atendidas e as despesas elegíveis correspondentes são incorridas. Os rendimentos financeiros que, nos termos contratuais, estejam sujeitos às mesmas restrições do principal são acrescidos ao passivo até sua aplicação nas finalidades pactuadas. Eventuais saldos sujeitos a devolução permanecem reconhecidos no passivo até sua utilização autorizada ou restituição à concedente.

3.9. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Associação questionou a constitucionalidade de tributos.

3.10. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Associação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo.

A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.11. Impostos e contribuições

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a Associação goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 178 a 184 do Regulamento de Imposto de Renda e aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, e artigo 195 da Constituição Federal. As obrigações tributárias registradas pela Associação estão relacionadas aos impostos retidos na fonte sobre serviços de terceiros (quando houver).

3.12. Reconhecimento de receitas e despesas

a) Receitas e despesas operacionais

A Associação reconhece a receita quando: **(i)** o valor da receita pode ser mensurado com segurança; **(ii)** é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Associação; e **(iii)** quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Associação. As despesas da Associação são reconhecidas de acordo com o seu fato gerador e regime de competência.

b) Doações de pessoas físicas e jurídicas

As receitas de doações e as contribuições voluntárias de terceiros são originadas de doações de pessoas físicas e jurídicas e são contabilizadas quando recebidas em função da impossibilidade de precisão dos valores e datas de recebimento e aplicadas nos projetos e programas que a Associação desenvolve.

c) Receitas com recursos de convênios, parcerias e projetos com restrição

Os recursos recebidos de convênios, parcerias e projetos sujeitos ao cumprimento de condições específicas são inicialmente reconhecidos no passivo e apropriados como receita à medida que as respectivas condições são atendidas, observando-se o regime de competência. Os valores não utilizados e sujeitos à devolução permanecem registrados no passivo até sua aplicação autorizada ou restituição à concedente.

d) Captação de recursos próprios

As receitas de captação de recursos próprios são provenientes, substancialmente, de recursos obtidos por meio do Programa Nota Fiscal Paulista, da realização de eventos e de contribuições de associados. Esses recursos não possuem restrição específica de aplicação e são destinados à manutenção e ao desenvolvimento das atividades institucionais da Associação. As receitas são reconhecidas quando o direito ao recurso é estabelecido e seu valor pode ser mensurado de forma confiável, observando-se o regime de competência.

d) Receitas com trabalho voluntário

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalho voluntário, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração o montante que a Associação pagaria caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalho voluntário são reconhecidas em contrapartida às despesas operacionais, ambas no resultado do exercício.

d) Resultado financeiras, líquido

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras, deduzidas da retenção do imposto de renda. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras. As receitas financeiras e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado pelo regime de competência dos exercícios e quando incorridas.

3.13. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio líquido inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits/déicits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Associação.

3.14. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a norma contábil aplicável às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)).

3.15. Novas normas, alterações e interpretações

A Associação elabora suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e com a ITG 2002 (R1), aplicável às entidades sem finalidade de lucros. Até a data de autorização destas demonstrações contábeis, a administração não identificou novas normas contábeis com vigência obrigatória em 2025 que produzissem efeitos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Associação.

A Emenda Constitucional no 132/2023 e a Lei Complementar no 214/2025 instituíram e regulamentaram aspectos da reforma da tributação sobre o consumo, incluindo a criação da CBS, do IBS e do Imposto Seletivo, com transição gradual iniciada em 2026 e conclusão prevista para 2033.

Considerando o estágio de implementação da reforma e a natureza da Associação como entidade sem finalidade de lucros com atuação na área de assistência social, ainda não é possível mensurar de forma confiável seus possíveis efeitos sobre as operações da Associação. A administração acompanha a evolução da regulamentação e avaliará os impactos contábeis, tributários e operacionais à medida que as regras aplicáveis sejam definidas. Até 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidos ajustes nas demonstrações contábeis relacionados à reforma tributária.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa sem restrição		
Aplicações financeiras	2.890	2.675
Caixa e equivalentes de caixa com restrição (i)		
Aplicações financeiras	1.818	1.500
Total de caixa e equivalentes de caixa	4.708	4.175

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em investimentos de renda fixa (certificados de depósitos bancários), com remunerações de 100% da taxa do CDI. As referidas aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

(i) O caixa e equivalentes de caixa com restrição, no montante de R\$ 1.818 em 31 de dezembro de 2025, é composto por: (a) R\$ 1.740 vinculados ao fundo de endowment denominado “The Edward Gostling Fund”, correspondentes ao capital originalmente doado pela ACG Participações Ltda., subsidiária da The Edward Gostling Foundation, acrescido dos rendimentos sujeitos às mesmas restrições contratuais; e (b) R\$ 78 vinculados ao Termo de Fomento no TFM/015/2025/SMDHC/FUMCAD, destinado à execução do Projeto Acolher. Os recursos estão mantidos em contas bancárias específicas e somente podem ser utilizados nas finalidades e condições estabelecidas nos respectivos instrumentos.

5. Outros ativos

	31/12/2025	31/12/2024
Título de capitalização	100	100

O saldo em outros ativos se refere a aquisição, em 07 de março de 2025, de dois títulos de capitalização do Bradesco, no valor individual de R\$ 50, com vigência de doze meses.

6. Imobilizado

Descrição	31/12/2025			31/12/2024	
	% Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	10%	18	(11)	7	9
Móveis e utensílios	10%	245	(165)	80	84
Máquinas e equipamentos	10%	78	(52)	26	28
Computadores e periféricos	20%	163	(102)	61	67
Instrumentos musicais	10%	6	(2)	4	-
Benfeitorias em imóveis de terceiro - Projeto TRT - Reforma	20%	185	(185)	-	37
Total		695	(517)	178	225

6.1. Movimentação do imobilizado

Sem restrição Bens tangíveis	Taxas de deprec.	Saldo líquido em 31/12/2024	Adições	Depreciação do período	Saldo líquido em 31/12/2025
Instalações	10%	9		(2)	7
Móveis e utensílios	10%	84	7	(11)	80
Máquinas e equipamentos	10%	28	3	(5)	26
Computadores e periféricos	20%	67	16	(22)	61
Instrumentos musicais	10%	-	6	(2)	4
Benfeitorias em imóveis de terceiro - Projeto TRT - Reforma	20%	37	-	(37)	-
Total geral		225	32	(79)	178

Sem restrição Bens tangíveis	Taxas de deprec.	Saldo líquido em 31/12/2023	Ajustes de exercício anterior	Adições	Depreciação do período	Saldo líquido em 31/12/2024
Instalações	10%	11	-	-	(2)	9
Móveis e utensílios	10%	79	2	15	(12)	84
Máquinas e equipamentos	10%	14	11	8	(5)	28
Computadores e periféricos	20%	28	47	12	(20)	67
Benfeitorias em imóveis de terceiro - Projeto TRT - Reforma	20%	74	-	-	(37)	37
Total geral		206	60	35	(76)	225

7. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Cartão Empresarial – São Paulo	41	5
Serviços Profissionais Diversos	15	15
Cartão de Crédito – Rio de Janeiro	2	8
Contas a Pagar	-	3
Total	58	31

8. Adiantamento de recursos

	31/12/2025	31/12/2024
The Edward Gostling Foundation (i)	-	300
Fumcad Conv. TFM/015/2025/SMDHC – Projeto Acolher (ii)	78	-
Total dos adiantamentos de recursos de circulante	78	300
The Edward Gostling Foundation (i)	1.740	1.200
Total dos adiantamentos de recursos não circulante	1.740	1.200
Total dos adiantamentos de recursos	1.818	1.500

Mapa de movimentação do projeto:

Projeto	Saldo em 31/12/2024	(+) Recursos recebidos (passivo)	(-) Recursos aplicados	(+) Rendimentos financeiros restritos	Saldo em 31/12/2025
The Edward Gostling Foundation (i)	1.500	-	-	240	1.740

Projeto	Saldo em 31/12/2024	(+) Recursos recebidos (passivo)	(-) Recursos aplicados	(+) Rendimentos financeiros restritos	Saldo em 31/12/2025
Projeto Acolher (ii)	-	400	(322)	-	78
Total	1.500	400	(322)	240	1.818

Projeto	Saldo em 31/12/2023	(+) Recursos recebidos (passivo)	(-) Recursos aplicados	(+) Rendimentos financeiros restritos	Saldo em 31/12/2024
The Edward Gostling Foundation	1.500	-	-	-	1.500

(i) Em 23 de fevereiro de 2024, a Associação celebrou Instrumento Particular de Doação com Encargo com a ACG Participações Ltda., subsidiária da The Edward Gostling Foundation, mediante doação original de R\$ 1.500 para constituição do fundo de endowment denominado “The Edward Gostling Fund”. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do fundo totalizava R\$ 1.740, composto pelo capital originalmente doado e pelos rendimentos financeiros acumulados sujeitos às condições contratuais.

Os recursos são mantidos em conta bancária específica e podem ser aplicados em investimentos de perfil conservador, entendidos, nos termos do Instrumento, como fundos de investimento e outros instrumentos financeiros adequados à geração de rendimentos e reaplicação nos projetos. Em 31 de dezembro de 2025, os recursos estavam aplicados em certificados de depósito bancário, remunerados a 100% do CDI e com liquidez imediata.

Durante os primeiros cinco anos, a Associação poderá utilizar até R\$ 300 por período anual. A partir do segundo período anual, poderá utilizar também, total ou parcialmente, os rendimentos auferidos sobre o saldo remanescente no período anterior. Esses recursos destinam-se ao custeio operacional das atividades filantrópicas da Associação, que compreendem ações de assistência social, educacionais, culturais, esportivas e de geração de renda destinadas a crianças, jovens, adultos e famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social. É vedada sua utilização para pagamento de terceiros contratados para captação de recursos ou de comissões relacionadas à captação.

Após o período de cinco anos, as limitações anuais de utilização deixam de ser aplicáveis, e o saldo remanescente e os respectivos rendimentos poderão ser utilizados em quaisquer finalidades compatíveis com as atividades filantrópicas da Associação. O Instrumento não prevê a devolução do saldo remanescente à doadora.

Os recursos e os rendimentos ainda sujeitos às condições contratuais permanecem reconhecidos no passivo até sua utilização nas finalidades previstas no Instrumento.

(ii) Em 2025, a Associação celebrou com a Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, o Termo de Fomento no TFM/015/2025/SMDHC/FUMCAD, destinado à execução do Projeto Acolher, voltado ao desenvolvimento educacional, socioemocional e cidadão de jovens.

A parceria possui vigência de doze meses, de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026, e valor total de R\$ 799, dividido em duas parcelas: a primeira, de R\$ 400, correspondente aos primeiros seis meses da parceria e pagável após o início de sua vigência; e a segunda, de R\$ 399, correspondente ao período subsequente, compreendido entre janeiro e junho de 2026. O Termo não estabelece datas-calendário específicas para os repasses.

Os recursos transferidos são mantidos em conta bancária específica e sua utilização está restrita às despesas elegíveis previstas no Plano de Trabalho e na Planilha Orçamentária aprovados, estando sujeitos ao monitoramento, à avaliação e à prestação de contas perante a SMDHC. Os rendimentos financeiros auferidos sobre esses recursos permanecem vinculados ao objeto da parceria e sujeitos às mesmas condições de prestação de contas.

Eventuais saldos não utilizados ao término da parceria deverão ser devolvidos ao FUMCAD em até trinta dias após a apresentação do relatório final de execução, conforme previsto contratualmente.

9. Salários e encargos sociais

	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	76	72
INSS a recolher	34	53
FGTS a recolher	12	11
Provisão de férias e 1/3	170	156
Provisão encargos sociais s/ férias e 1/3	57	54
Total	349	346

10. Patrimônio social

O patrimônio social da Associação compreende o valor do superávit do exercício, no qual é composto por recursos financeiros recebidos sob a forma de doação, legado, subvenção, patrocínio, auxílio, devendo ser administrados e utilizados apenas para o estrito cumprimento de seu objeto social.

Todo o patrimônio e receitas da Associação deverão ser revertidos à manutenção e ao desenvolvimento de seu objeto social, sendo vedada a distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio ou receita a qualquer título, entre os fundadores, associados, conselheiros, diretores, colaboradores, empregados, doadores, terceiros ou qualquer outra pessoa física ou jurídica, ressalvados os gastos despendidos e bens necessários ao seu funcionamento administrativo.

No caso de extinção, transformação, cisão, fusão, incorporação ou dissolução da Associação, o patrimônio líquido será destinado para outra instituição sem fins lucrativos congênere que coloque em pratica as suas finalidades sociais e que atenda a mesma legislação a que a Associação é submetido, inclusive a Lei nº13.019; ou será transferido a entidade publica, respeitado o Código Civil.

11. Receitas - Recursos com restrição

Subvenções recebidas - Governamentais - Aplicação restrita

Modalidade e Órgão	Serviço / Projeto	Responsabilidades decorrentes	2025	2024
Convênio: TFM/069/2021/S MDHC Recursos do FUMCAD (I)	Nº 069/2021 Projeto SOUMAIS Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo - FUMCAD	O Projeto SOUMAIS visa oferecer aos 65 adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 17 anos e 11 meses, um espaço seguro e de desenvolvimento pessoal para que se tornem seres humanos fortalecidos e seguros psicologicamente e emocionalmente. Apoiando a vida acadêmica e orientando na conquista do primeiro emprego.	-	30
Convênio: CMDCA Recursos do FUNCRIA 33/2024 (I)	Nº 62742/23 Projeto Lapidando Diamantes Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Petrópolis - FUNCRIA	O Projeto Lapidando Diamantes 2023.1, tem como objetivo trabalhar a educação integral através da transversalidade dos temas estudados. Orientando, guiando e facilitando a educação integral e a autonomia de aprendizagem para jovens de 7 a 17 anos e 11 meses com a perspectiva de reduzir a evasão escolar.	-	63
Convênio: TFM/015/2025/S MDHC Recursos do FUMCAD	Nº 015/2025 Projeto Acolher Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo - FUMCAD	Projeto Acolher, cujo escopo é "Promover o desenvolvimento integral dos jovens participantes por meio de atividades educacionais, socioemocionais e de cidadania, visando melhorar o desempenho acadêmico, reduzir a evasão escolar, fortalecer o vínculo escola-família-comunidade e ampliar a visão de mundo dos jovens".	322	-
Total			322	93

(I) Os projetos SouMais e Lapidando Diamantes, de natureza socioassistencial e socioeducativa, foram executados por meio de parcerias com órgãos públicos e financiados com recursos dos fundos municipais dos direitos da criança e do adolescente de São Paulo, FUMCAD, e de Petrópolis, FUNCRIA, respectivamente. O projeto SouMais era destinado ao desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional de adolescentes e jovens, enquanto o projeto Lapidando Diamantes tinha como objetivo promover a educação integral e a autonomia de aprendizagem de crianças e adolescentes.

Os projetos foram encerrados e, em 31 de dezembro de 2025, não havia recursos pendentes de aplicação ou devolução relacionados aos respectivos instrumentos, nem saldos correspondentes registrados em adiantamentos de recursos.

12. Receitas - Recursos sem restrição

	2025	2024
Doações de pessoas físicas	670	581
Doações de pessoas jurídicas	1.722	1.835
Doações de pessoas jurídicas – exterior	37	14
Captação de recursos próprios (contribuições, eventos e outros)	1.184	913
Total	3.613	3.343

Recursos sem restrição são os valores recebidos de forma espontânea por pessoas físicas e jurídicas, destinados à manutenção dos projetos desenvolvidos pela Associação. Esses recursos são compostos por:

- Doações diretas realizadas por indivíduos e empresas;
- Contribuições recorrentes de associados;
- Receitas provenientes de eventos beneficentes;
- Prêmios recebidos por meio do programa Nota Fiscal Paulista.

13. Custos

Custos com atividades de assistência social	2025	2024
Custos com pessoal	(1.703)	(1.226)
Custos gerais	(765)	(490)
Prestação de serviços	(689)	(358)
Convênios/Subvenções e parcerias (i)	(669)	(879)
Total	(3.826)	(2.953)

(i) Referem-se aos gastos incorridos na execução e manutenção das atividades previstas nos Termos de Convênios e Parcerias, abrangendo despesas diretamente vinculadas à consecução dos objetivos pactuados com os respectivos parceiros.

14. Despesas administrativas

As despesas administrativas compreendem, os gastos utilizados na administração e gerenciamento das atividades da Associação:

Despesas	2025	2024
Depreciações e amortizações	(79)	(76)
Despesas tributárias	(22)	(17)
Total	(101)	(93)

15. Outras despesas operacionais

Outras despesas operacionais	2025	2024
Perdas por fraude eletrônica (i)	(205)	-

(i) Em dezembro de 2025, a Associação foi vítima de fraude eletrônica, praticada por terceiros, envolvendo sua conta corrente no Banco Bradesco, resultando em transferências não autorizadas via PIX e perda de R\$ 205.

A Associação registrou boletim de ocorrência e adotou as medidas legais cabíveis, em andamento. A perda foi reconhecida no resultado do exercício. Até a data de aprovação destas demonstrações contábeis, não há evidência suficiente para reconhecimento de recuperação, sendo eventual ressarcimento tratado como ativo contingente.

16. Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Receitas:		
Rendimento de aplicações financeiras	320	305
Descontos ativos	16	30
Total das receitas financeiras	336	335
Despesas:		
Tarifas e juros bancários	(16)	(11)
Total das despesas financeiras	(16)	(11)
Resultado financeiro líquido	320	324

17. Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Associação fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

No exercício de 2025 e 2024, não houve necessidade de constituição de provisão para contingências, conforme avaliação realizada pela administração e seus assessores legais.

Perda possível

A Associação contrata prestadores de serviços, por meio de pessoas jurídicas, para a execução de determinadas atividades relacionadas às suas operações. Em razão da natureza dessas contratações, existe risco de eventual questionamento pelas autoridades competentes quanto ao enquadramento previdenciário dos pagamentos realizados e à correspondente incidência de contribuições previdenciárias. Conforme avaliação dos assessores jurídicos da Associação, a probabilidade de perda associada a essa exposição é classificada como possível e, consequentemente, não foi reconhecida provisão.

Para proporcionar maior transparência quanto à exposição potencial, a Administração revisou, em 31 de dezembro de 2025, a metodologia utilizada para estimar o possível impacto financeiro, passando a considerar o período prescricional aplicável de cinco anos. Com base nessa metodologia, a exposição estimada em 31 de dezembro de 2025 era de aproximadamente R\$ 2.868.

Para fins de comparabilidade, a Administração aplicou a mesma metodologia às informações de 31 de dezembro de 2024, resultando em uma exposição estimada de R\$ 1.985. Esse montante representa o valor comparativo recalculado segundo a metodologia adotada em 2025. Nas demonstrações contábeis anteriormente emitidas para o exercício de 2024, a exposição havia sido divulgada pelo valor de R\$ 828, com base na metodologia então utilizada.

18. Trabalho voluntário

As receitas com trabalho voluntário quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na ITG-2002 (R1) – Entidades sem finalidade de Lucros, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais. Em 2025, o montante reconhecido totalizou R\$ 37 (R\$ 16 em 2024).

Base salarial estimada para valorização do trabalho voluntário

No exercício encerrado em 2025, a Associação adotou como base de referência para a mensuração do valor do trabalho voluntário a média salarial da região. O valor apurado foi obtido mediante a multiplicação da remuneração média estimada, conforme a referida pesquisa, pela quantidade de voluntários e pelas horas efetivamente prestadas por estes.

Cargos	Em 31 de dezembro de 2025		
	Número de participantes	Número de horas no ano	Total apurado (em reais)
Conselho de administração	2	120	5.500
Voluntários	157	5.680	31.500
Total	163	5.700	37.000

Cargos	Em 31 de dezembro de 2024		
	Número de participantes	Número de horas no ano	Total apurado (em reais)
Voluntários	91	3.723	16.000

19. Remuneração da administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de administração. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indireta, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

A Associação mantém um Diretor Geral contratado sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, responsável pela gestão executiva da Associação. A remuneração total do pessoal-chave da administração reconhecida no exercício de 2025 totalizou R\$ 185.

20. Renúncia fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12 e alterada pela resolução 2015/ITG2002(R1) em 02 de setembro de 2015, a Associação, por julgamento, apresenta a seguir a relação dos tributos (impostos e contribuições) objetos de renúncia fiscal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) – 25% sobre o superávit do exercício;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – 9% sobre superávit do exercício;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – 3% sobre as receitas próprias;
- Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) – 5% sobre a receita de serviços;
- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) - 4% sobre as doações recebidas.

21. Instrumentos financeiros

A Associação mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos em que, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Associação não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Associação não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A administração examina e revisa as informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

21.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Associação a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Associação concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

21.2. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço.

21.3. Exposição a riscos de taxas de juros

A Associação está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a aplicações financeiras. O risco de mercado decorre principalmente da possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

O risco de taxa de juros da Associação decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A Associação monitora oscilações que possam impactar suas operações mensalmente.

21.4. Exposição a riscos cambiais

A Associação não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

21.5. Risco de crédito

A Associação restringe sua exposição a riscos de crédito associados a conta corrente bancária mantendo suas transações em instituições financeiras de primeira linha. As taxas pactuadas para as aplicações financeiras refletem as condições usuais de mercado.

21.6. Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela administração, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para atender as necessidades financeiras de curto, médio e longo prazos. A Associação gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos financeiros. A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e aplicações financeiras suficientes para manter suas atividades.

22. Cobertura de seguros

A Associação mantinha apólice de seguro vigente para cobertura de eventuais sinistros relacionados ao aparelho Smartphone. A cobertura contempla danos decorrentes de quebra acidental, roubo ou furto, conforme especificado na apólice junto à Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, com vigência de 18/04/2025 a 18/04/2026.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Andrés Alejandro Quintanilla Luna
Presidente

CPF: 216.184.188-23

Julianne Veiga Muniz Zanforlin
Tesoureiro

CPF: 377.075.628-28

Márcia Marcondes da Silva

CRC 1SP 159.296/O-8

CPF: 115.077.028-76

* * *